



## **ARQUITETOS PIONEIROS NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA: décadas de 1980 e 1990**

## **ARQUITECTOS PIONEROS EN LA CONSTRUCCIÓN DEL ESTADO DE RORAIMA: décadas de 1980 y 1990**

## **PIONEER ARCHITECTS IN THE CONSTRUCTION OF THE STATE OF RORAIMA: decades of 1980 and 1990**

**TRIANI, Angélica P. (1); SILVA, Ohana P. (2); RAMALHO, Paulina O. (3).**

1. Graduanda no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima - UFRR  
Av. Ene Garcez, 2413, Aeroporto – UFRR Bloco V Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Boa Vista  
– Roraima. 69310000  
angelicatriani@outlook.com

2. Graduanda no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima - UFRR  
Av. Ene Garcez, 2413, Aeroporto – UFRR Bloco V Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Boa Vista  
– Roraima. 69310000  
ohanapereira96@gmail.com

3. Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural (2012). Docente no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima – UFRR. Coordenadora do Laboratório de História da Arquitetura e do Urbanismo  
Av. Ene Garcez, 2413, Aeroporto – UFRR Bloco V Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Boa Vista  
– Roraima. 69310000  
paulina.ramalho@ufr.br

### **RESUMO**

Este artigo tem por objetivo evidenciar a importância dos arquitetos pioneiros de Roraima, que foram responsáveis pela consolidação da estrutura dos órgãos técnicos no surgimento do Estado e que contribuíram para a imagem da arquitetura local, entre o final da década de 1980 e ao longo da década de



1990. Inseridos num segundo momento de influxo desenvolvimentista, estes arquitetos se destacaram pela coordenação e autoria de obras modernas que serviram de alicerce infraestrutural e arranque para o desenvolvimento socioeconômico roraimense, especialmente na década de 1990, com destaque às obras arquitetônicas dos edifícios institucionais, que constituíram um conjunto arquitetônico simbólico para a capital. A necessidade desse registro deve-se à escassez de documentação histórica desse período importante, sendo necessário o registro dessas contribuições, cujas fontes foram pesquisas bibliográficas e análises documentais, como entrevistas com os profissionais da época e registros fotográficos. Desse modo, o trabalho visa destacar como se deu o processo da Arquitetura Moderna tardia em Roraima nesse período, assim como o papel dos arquitetos dos órgãos públicos de infraestrutura como precursores na construção e consolidação do, então, novo estado brasileiro.

**Palavras-chave:** Arquitetura Moderna; Roraima; Arquitetos pioneiros; Década de 1980-1990.

## RESUMEN

Este artículo pretende destacar la importancia de los arquitectos pioneros de Roraima, que fueron los encargados de consolidar la estructura de los órganos técnicos en la emergencia del estado y que contribuyeron a la imagen de la arquitectura local, entre el final de la década de 1980 y más de la década de 1990. Insertados en un segundo momento de afluencia de desarrollo, estos arquitectos destacaron por la coordinación y autoría de las obras modernas que sirvieron de base para la infraestructura y puesta en marcha del desarrollo socio-económico de Roraima, especialmente en 1990, con énfasis en las obras arquitectónicas de los edificios institucionales, constituyendo un conjunto arquitectónico simbólico para el Capital. La necesidad de este registro se debe a la escasez de documentación histórica de este importante período, y es necesario registrar estas aportaciones, cuyas fuentes fueron la investigación bibliográfica y el análisis documental, como entrevistas con los profesionales del tiempo y los registros fotográficos. De este modo, el trabajo pretende destacar cómo se dio el proceso de la arquitectura moderna tardía en Roraima en este período, así como el papel de los arquitectos de las agencias de infraestructura pública como precursores en la construcción y consolidación del nuevo estado brasileño.

**Palabras clave:** Arquitectura moderna; Roraima; Arquitectos pioneros; Década de 1980-1990.

## ABSTRACT

This article aims to highlight the importance of the pioneer architects of Roraima, who were responsible for consolidating the structure of the technical organs in the emergence of the State and which contributed to the image of the local architecture, between the end of decade of 1980 and over the decade of 1990. Inserted in a second moment of developmental influx, these architects stood out for the coordination and authorship of modern works that served as an infrastructure foundation and start-up for Roraima socio-economic development, especially in the 1990, with emphasis on the architectural works of the institutional buildings, constituting a symbolic architectural set for the capital. The need for this record is due to the shortage of historical documentation of this important period, and it is necessary to register these contributions, whose sources were bibliographic research and documentary analysis, as interviews with the professionals of the time and photographic records. In this way, the work aims to highlight how the process of late modern architecture in Roraima was given in this period, as well as the role of the architects of the public infrastructure agencies as precursors in the construction and consolidation of the new state Brazilian.

**Keywords:** Modern architecture; Roraima; Pioneer Architects; The 1980-1990.

## Introdução



O presente trabalho tem por finalidade descrever o processo de construção e consolidação do estado de Roraima, com ressaltado na contribuição dos arquitetos pioneiros na formação do novo Estado, datado entre a década de 1980 e 1990, bem como a caracterização de uma nova identidade para a arquitetura roraimense. Em decorrência do massivo investimento do governo na construção de obras de infraestrutura, os arquitetos da época puderam deixar suas marcas nos edifícios públicos do estado. Por se tratar de uma ampla equipe de profissionais, a diversidade de estilos tornou-se um elemento presente nas edificações locais, conferindo à produção caráter multicultural. Contudo, a arquitetura moderna roraimense, de particularidade funcionalista, apresentou características plásticas de influência contemporânea associada, em determinadas obras, à estilos ecléticos e neoclássicos, em detrimento das escolhas pessoais dos autores de projeto.

Ao longo do artigo, serão analisados os seguintes tópicos a fim de explanar de forma cronológica a formação do estado de Roraima e a atuação dos arquitetos nesse processo: Roraima: processos de controle e ocupação, que aborda todo o contexto histórico do estado, desde a chegada dos primeiros ocupantes da área; A criação do Território Federal do Rio Branco, que fala sobre o processo de consolidação do estado; Arquitetos pioneiros, faz uma breve apresentação dos principais arquitetos envolvidos nesse processo, e por fim Arquitetura Roraimense na década de 1990, que nos traz a atuação destes arquitetos na formação do estado.

Dessa forma, a principal ênfase deste estudo é destacar como se deu o processo da Arquitetura Moderna tardia em Roraima, sob análise do seu contexto histórico e social que provocaram influências diretas ou indiretas na a linguagem estética do período, assim como o papel dos arquitetos como precursores na construção e consolidação do novo estado brasileiro.



## **Roraima: processos de controle e ocupação**

Roraima, um dos estados mais novos da federação brasileira, foi criado pela Constituição de 1988. No entanto, o processo de ocupação desta porção do território nacional remonta, efetivamente, ao século XVIII com a construção de um forte, denominado São Joaquim.

A ocupação da Amazônia pela coroa portuguesa apresentou um viés estratégico-militar que objetivava garantir sua posse. Nesse sentido, Portugal utilizou estratégias a partir de diretrizes geopolíticas, como o princípio do *uti possidetis*<sup>1</sup>, que remonta ao direito romano. Assim, destaca-se a construção de fortalezas em pontos considerados essenciais para o controle da região, com o Forte do Presépio em 1616 (CASTRO, SOUZA, 2006). Embora apresentassem pequeno porte e fossem edificadas com materiais pouco resistentes, essas fortalezas funcionaram no plano ideológico e como vestígio material da presença portuguesa (GOMES FILHO, 2008).

No então denominado vale do rio Branco, a coroa também desenvolveu medidas que lhes propiciaram seu controle. A primeira menção a este rio consta nas crônicas do jesuíta Christobal de Acunã, que acompanhava a viagem de Pedro Teixeira de Belém a Quito, entre os anos de 1637 e 1639. Com o intuito de referendar o direito de Portugal sobre a área, Ribeiro de Samapiao (1850) nos informa que o conhecimento total desse rio e do seu vale foi obtido em 1670-71, concomitantemente ao reconhecimento do rio Negro. Mas, documentos mais confiáveis sobre o rio Branco datam do século XVIII, aumentando de volume durante a expansão oficial das tropas de resgate na década de 1730 (FARAGE, 1991). As referidas tropas visavam abastecer o mercado de Belém e Manaus com mão de obra escrava indígena.

No contexto em questão também estava presente o discurso da necessidade de contenção das invasões estrangeiras, que será constante na história da região. De fato, os holandeses mantiveram um ativo comércio de manufaturados com os indígenas do

---

<sup>1</sup> Segundo esse princípio, quem possui de fato, deve ter seu direito garantido sobre o território em questão.



rio Negro e, após seu declínio, o transferem para o rio Branco (DREYFUS, 1993). Como resposta a presença holandesa, a Carta Régia de 14.11.1752 ordenou a construção de uma fortaleza às margens do rio que, por motivos econômicos, foi adiada (OLIVEIRA, 2003). No que se refere aos espanhóis, os portugueses acreditavam que a cordilheira localizada ao norte do vale do rio Branco e sua distância das povoações espanholas do Orinoco configuravam uma defesa natural para suas possessões. Este pensamento mostrou-se equivocado quando, em 1775, o desertor holandês Gervásio Leclerc chega a Barcelos, capital da capitania de São José do Rio Negro, através do rio Branco e informa sobre a ocupação dos espanhóis no vale do rio Branco (FARAGE, 1991).

A presença factual dos espanhóis demandou ações dos portugueses como o envio, em 3 de outubro de 1775, de uma expedição ao rio Branco sob o comando do Capitão Philippe Frederico Sturm. Os espanhóis não opuseram grande resistência à expedição, abandonando a região. Por outro lado, Sturm tornou-se o responsável pela construção de uma fortaleza e da fundação dos primeiros aldeamentos no vale do rio (SAMPAIO, 1850). Esta fortaleza, da qual Sturm foi o primeiro comandante, foi locada na margem esquerda do rio Tacutu, em seu ponto de junção com o Uraricoera, local considerado estratégico para a vigilância e controle da região (GOMES FILHO, 2008; BARBOSA, 1993).

Para a consecução da fortificação, denominada São Joaquim, foi utilizada mão de obra indígena (FARAGE, 1991) e materiais locais, como pedra vermelha e barro no lugar de argamassa. Lobo D'Almada, funcionário do governo colonial, relata em sua viagem ao rio Branco em 1787 que:

A fortificação que temos no rio Branco, se reduz a um forte de campanha dos mais pequenos [...] O forte é construído de pedra e barro. Pela sua muita estreiteza não tem fogo de apoio e protecção. Os terraplenos incapazes pela sua muita pequenez para n'elles manobrar a artilharia; que consta de doze peças de ferro do calibre de seis até uma quarta. Os parapeitos formados de pedra e barro improprios para cobrirem os defensores. Nem uma rampa por onde marche uma peça de artilharia (1949, p. 181).



Do ponto de vista de sua estrutura, o forte não era uma grande obra de engenharia, mas desempenhou o papel de agente administrativo português no vale do rio Branco. Paralelamente ao seu desenvolvimento, foram instituídos aldeamentos indígenas como mecanismos do princípio *uti possidetis* e da política do Diretório Pombalino (FARAGE, 1991; VIEIRA, 2007).

Os primeiros aldeamentos do vale do rio Branco, em número de 5 foram: Nossa Senhora do Carmo, Santa Isabel e Santa Bárbara no próprio rio Branco; São Felipe, no Tacutu; e Nossa Senhora da Conceição, no Uraricoera. Esses aldeamentos ficavam sob o controle de militares subordinados ao comandante do Forte São Joaquim (OLIVEIRA, 2003).

Como atesta Farage (1991), os aldeamentos visavam formar uma barreira humana contra as invasões e, para tanto, a atração dos indígenas para estes estabelecimentos era um imperativo, sendo usado para este fim desde alianças, rivalidades e promessas, como a violência. Mas, essa política mostrou-se ineficaz, principalmente após grandes revoltas ocorridas em 1780 e 1790. As tentativas posteriores de constituir aldeamentos não apresentaram o mesmo vigor. Desse modo:

a construção do Forte São Joaquim, como estratégia militar de ocupação, e os aldeamentos não foram suficientes para formar e consolidar um núcleo populacional consistente no extremo norte da colônia. Por outro lado, podemos também afirmar que os Diretórios que teriam a responsabilidade de formar comunidades agrícolas estáveis com perspectivas de dificultar a penetração estrangeira não teriam se concretizado. Fortificações e Diretórios foram projetos que fracassaram na tentativa de assegurar e povoar o Rio Branco (2007, p. 28-29).

O fracasso dos aldeamentos, contudo, não pôs um fim à determinação portuguesa de ocupar a região. No final do século XVIII a pecuária surge como um projeto oficial de criação de uma base econômica para propiciar a ocupação e povoamento do vale. Assim, foram criadas as Fazendas do Rei, que compreendiam São Bento; São José (instalada próximo ao Forte São Joaquim) e São Marcos (instalada ao norte do vale, entre os rios Uraricoera e Tacutu) (OLIVEIRA, 2003; GOMES FILHO, 2008 ;



SANTILLI, 1994). No entanto, a pecuária ganhou relevância apenas no final do século XIX.

No contexto da pecuária, a fazenda de gado particular denominada Boa Vista, fundada em meados de 1830 e localizada à margem direita do rio Branco, surge como o embrião da cidade de Boa Vista. Em 1850 o povoamento do entorno da fazenda foi elevado à condição de Freguesia de Nossa Senhora do Carmo e, em 1890, ascende ao status de vila do recém-criado município de Boa Vista. Apenas em 27 de agosto de 1926 a então Vila de Boa Vista obteve o foro de cidade.

### **A criação do Território Federal do Rio Branco**

A criação do Território Federal do Rio Branco em 13 de setembro de 1943, através do Decreto-Lei nº 5.812, posteriormente retificado pelo de nº 5.839, de 21 do mesmo mês e ano, não pode ser desassociada da política desenvolvimentista do governo estadonovista, conjugada a doutrina da Segurança Nacional. Nesse contexto a Amazônia foi entendida como fronteira a ser protegida e ocupada através de projetos de colonização, incremento econômico e construção de infraestrutura, sob a égide do Estado (D'ACAMPORA, 2002). Para tanto foi criado um aparato técnico e administrativo estatal, que incluía bancos, colônias agrícolas, instituto de pesquisa, dentre outros.

Embora tenham sido efetivadas no Estado Novo, as discussões que visavam conceber unidades administrativas ligadas diretamente ao poder central são anteriores ao governo Vargas. Porém, a Constituição de 1937 forneceu o respaldo necessário ao atribuir à União o poder de instituir Territórios ao desmembrar estados em nome da segurança nacional que, nesse sentido, cobria um grande espectro de significados, como proteção de fronteiras, baixo índice populacional e desequilíbrios regionais e políticos (FREITAS, 1996).

Com a efetivação de territórios cabia ao poder central realizar investimentos que propiciassem o seu desenvolvimento econômico e social, de modo a viabilizar sua ascensão a estado. Desse modo, conforme Temer:



**a tendência natural é levar aquela porção territorial a tal desenvolvimento que possa atingir a condição de Estado federado.** O art. 3º da Constituição Federal admite a criação de Estados. Pois uma das formas de criação é a elevação do Território a tal condição. E sempre foi assim, desde 1934, havendo já se verificado essa elevação [caso do Acre] (1976, p. 74-75). (Sem grifo no original).

No caso específico do Território Federal do Rio Branco, posteriormente denominado Território Federal de Roraima, o governo federal empreendeu projetos de colonização e implementação de sua infraestrutura. As obras foram realizadas em todo o Território, mas se concentraram principalmente na capital Boa Vista. Assim, o Estado brasileiro intervinha, novamente, diretamente nessa porção da Amazônia, modificando seu espaço. Durante este período foram construídos um matadouro modelo, uma praça, depósitos, escolas, um conjunto habitacional, dentre outros. Isto é, o Estado produzia o espaço (CORRÊA, 1995), dotando-o dos meios para sua reprodução.

Destacamos, ainda, a execução de um plano urbanístico que modificou a paisagem da pequena cidade de, aproximadamente, 2.000 habitantes. Esse traçado, radioconcêntrico, foi elaborado pelo engenheiro Darcy Aleixo Derenusson em 1944 e empreendido pela Firma Riobras a partir de 1946. O centro do plano compõe-se de uma ampla praça da qual partem largas avenidas, na qual foram alocados os poderes legislativo, judiciário e executivo (Figura 1):



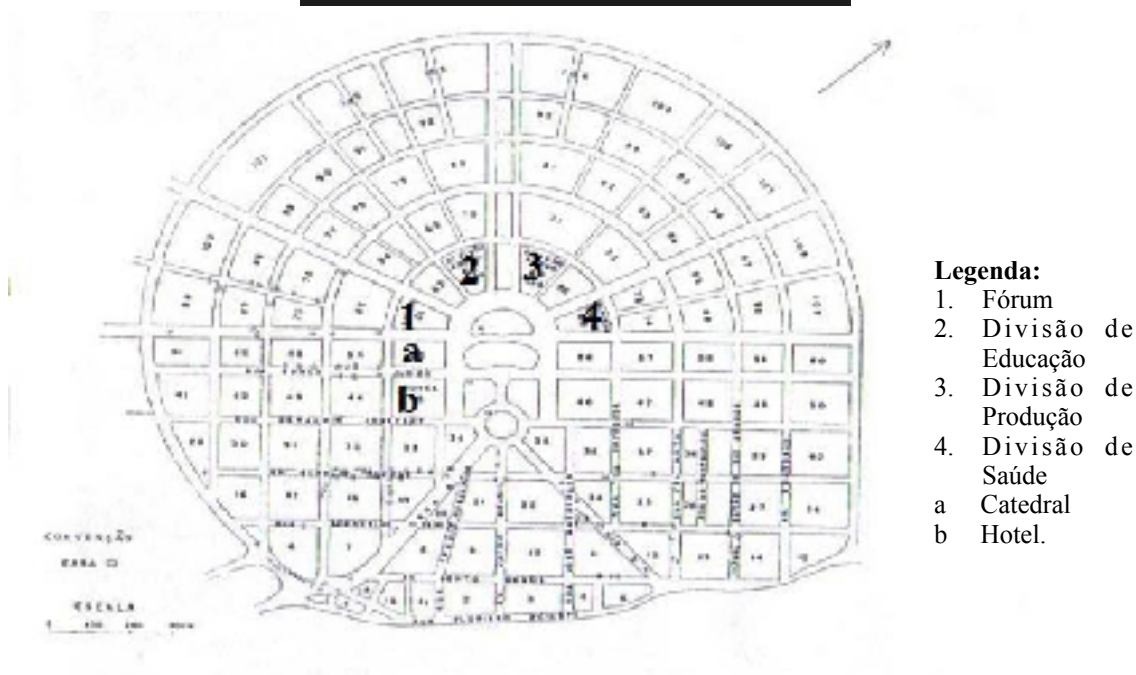


Figura 1– Plano Urbanístico de Boa Vista.  
Fonte: Guerra, 1957.

As quadras adjacentes a grande praça foram reservados para a edificação da catedral da cidade, de um hotel e das sedes das divisões administrativas. Mas, este não foi o único espaço que recebeu novas construções. Na verdade, podemos afirmar, através dos documentos analisados, que Boa Vista era um canteiro de obras que delineavam um perfil diferenciado do anterior. Neste período foi inserido, a partir de edifícios públicos e algumas residências, a linguagem protomoderna neocolonial e traços que remetiam ao Art Decó.

Afora o engenheiro Derenusson e uma menção ao nome de Donato Melo Júnior, não dispomos de informações acerca dos demais profissionais que atuaram no Território durante sua fase inicial de implantação. Sabemos, no entanto, que para a realização das obras foram contratados operários de Manaus, São Paulo e Rio de Janeiro<sup>2</sup>. Muitos desses trabalhadores continuaram na região e contribuíram para a sua dinâmica na área

<sup>2</sup> De acordo com relatos orais, a falta de mão de obra relacionava-se a um mito local segundo o qual quem trabalhava com a atividade mineral não poderia trabalhar na construção. Quem violasse esse princípio nunca mais encontraria ouro.



da construção civil, quer com novas práticas construtivas, quer com o conhecimento acerca de novos materiais.

As mudanças empreendidas na paisagem de Boa Vista reforçaram o discurso modernizador empreendido pelo governo, construído uma imagem da cidade como dinâmica e moderna, que perdura até a atualidade (RAMALHO, 2012). Infelizmente, questões políticas, como a constante troca de governadores, e econômicas, com a diminuição das verbas para os territórios, atrasaram a construção da infraestrutura do Rio Branco, com obras sendo paralisadas ou interrompidas.

Uma atuação mais sistemática ocorrerá a partir do final da década de 1960, resultante do incremento da política do governo federal para a Amazônia. Para fomentar o desenvolvimento da região foram criados decretos que organizaram o Grupo de Trabalho voltado para estimular de Projetos de Integração, concessão de isenção fiscal e ampliação de recursos para os territórios, dentre outros (SOUZA, VIEIRA, 2009). O Território Federal de Roraima<sup>3</sup> também foi beneficiado com essa conjuntura, incrementando, consideravelmente, sua infraestrutura, em especial nos governos do tenente coronel Hélio da Costa Campos (1967-69/1970-74).

Como apontam Souza e Vieira (2009), em 1969 o aspecto do Território diferia dos anos anteriores, com obras sendo construídas em ritmo acelerado. Essas obras incluíam edificações para diferentes finalidades, destacando-se estações de radiocomunicações, a cadeia pública e quarenta casas de apoio administrativo (CANDIDO, 2015). No centro cívico da cidade de Boa Vista foram finalizados ou iniciados edifícios públicos, entre os quais o Palácio 31 de maio, sede do governo e atual Palácio Senador Hélio Campos (Figura 2), o Banco de Roraima e o Palácio da Cultura (SILVA, 2015). Além destas, outras edificações foram construídas, públicas e privadas, e são marcos importantes para a presença da linguagem moderna roraimense, como a Catedral Cristo Redentor,

---

<sup>3</sup> Em 1962 a Lei nº 4.182, de 13 de dezembro, modificou o nome do Território para Território Federal de Roraima em razão dos equívocos cometidos devido à coincidência toponímica com a cidade de Rio Branco, capital do Acre.

projetada pelo padre italiano Mário Fiameni, e as obras de Severiano Mário Vieira de Magalhães Porto e Sérgio Wladimir Bernardes.



Figura 2– Praça do Centro Cívico na década de 1970.  
Fonte: Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico do Estado de Roraima.

Após o mandato de Hélio Campos, assumiu o poder o coronel-aviador Fernando Ramos Pereira (1974-79). Este governador inaugurou obras que haviam sido iniciadas no governo do seu antecessor, como o Estádio Canarinho e a Ponte dos Macuxi, e efetuou outras.

As mudanças na infraestrutura do Território, conjugadas a implementação da máquina administrativa, como apontado anteriormente, faziam parte de uma política oficial da União, que empreendeu medidas para concretizá-la. O Decreto-Lei nº. 411 de 8 de janeiro de 1969, por exemplo, ampliou os recursos dos territórios e dispõe sobre suas estruturas administrativas, dotando-lhes de maior autonomia. O referido decreto, em seu Art. 2º, ainda expressa que:



Art. 2º - que a União administrará os Territórios tendo em vista os seguintes objetivos: I - desenvolvimento econômico, social, político e administrativo, visando à criação de condições que possibilitem a sua ascensão à categoria de Estado (BRASIL, 08.01.1969)

Possibilitar a ascensão dos Territórios à condição de Estados fez parte dos discursos desde as suas criações. No caso de Roraima, este foi transformado em estado pela Constituição Federal de 1988, em seu parágrafo primeiro do artigo 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). O primeiro governador deste novo período foi eleito em 1990 e assumiu em 1991, a saber, o Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto<sup>4</sup>. Nesse contexto, a passagem de território para estado iniciou uma nova fase na história de Roraima, que repercutirá em sua produção arquitetônica.

### **Arquitetos pioneiros**

Antes de ser elevado à categoria de Unidade Federal, Roraima já contava com alguns arquitetos responsáveis pelas primeiras obras de linguagem arquitetônica diferenciada na década de 1980. Projetos como o de Otacílio Teixeira Lima Neto para o Parque Anauá marcaram no período uma arquitetura regionalista, na qual “a característica marcante é a tentativa de aplicar elementos locais de maneira nova e diferente, sem associações sentimentais” (VOORDT; WEGEN, 2013, p.45). Isso se deu por meio da utilização da madeira acariquara, típica da Amazônia e de notável qualidade estrutural, que compôs uma linguagem remetente às construções indígenas da região.

Contudo, foi após a promulgação da Constituição Federal de 1988 que o então governador Ottomar de Sousa Pinto trouxe para o território profissionais de diversas áreas, responsáveis por contribuir na construção de um novo estado brasileiro. Dentre eles, destacaram-se na década de 1990 arquitetos como Maria do Perpétuo Socorro Barbosa, mais conhecida como Perpétua, Maxwell Correa Cabral, Omar Xaud Araújo, Otília Natália Pinto e Antero Correa de Sá Neto. Estes foram alguns dos nomes que compuseram a equipe de projetistas da antiga Secretaria de Obras e Serviços Públicos –

---

<sup>4</sup> Ottomar de Sousa Pinto governou Roraima quatro vezes (1979-83; 1991-94; 2004-2006 e 2006-2007).



SOSP, encarregada das principais obras de infraestrutura desenvolvidas para a estruturação de Roraima.

Cada membro da equipe desempenhou um papel importante na produção do estado. Segundo relatos dos mesmos, enquanto Omar era responsável pela coordenação da Divisão de Estudos e Projetos – DEP, na qual distribuía os projetos a serem desenvolvidos por seus colegas, os demais se responsabilizaram e se diferenciaram pelos projetos que desenvolveram, nos quais expressaram linguagens arquitetônicas características de cada bagagem profissional.

Essa diversidade de estilos da equipe técnica proporcionou a construção de uma nova identidade para a arquitetura roraimense. A produção anterior era reconhecida, de acordo com os arquitetos pioneiros, por projetos padrões e pela escassez de material, o que resultava em edifícios muito semelhantes e repetitivos. Contudo, a necessidade de desenvolvimento do novo ente federativo motivou a busca por novos recursos para os projetos realizados pela SOSP. Isso possibilitou a inserção de materiais como o concreto e o aço nas produções de 1990, que, junto a linguagem arquitetônica absorvida por cada profissional e transpassada para as obras que desenvolveram, introduziu a arquitetura moderna no estado de Roraima.

Diante da pressa do governador em obter os edifícios necessários para a estruturação dos três poderes políticos, além da emergência de outras construções para atender ao crescimento populacional do período, deu-se início a um acelerado processo na construção civil do estado, no qual diversas obras foram realizadas num curto espaço de tempo. Esse imediatismo caracterizou uma arquitetura de edifícios públicos que buscavam obter uma eficiência funcional. Assim, “a forma e a disposição da edificação têm de dar apoio eficaz e eficiente às atividades que ela abriga” (VOORDT; WEGEN, 2013, p. 22).

Contudo, as diferenças entre os arquitetos pioneiros e o trabalho em grupo proporcionou a essas obras funcionalistas características plásticas que fazem da produção roraimense



uma mescla de diversos estilos. A experiência profissional desses arquitetos, que vieram de outros estados e que já haviam vivenciado as criações modernas de outras regiões, contribuiu para a transposição de uma linguagem arquitetônica que foi adaptada para as necessidades locais da época. A união de influências modernas, contemporâneas, ecléticas e até mesmo neoclássicas deram origem a uma nova fase da arquitetura de Roraima que é proeminente até os dias atuais.

### **Arquitetura Roraimense na década de 1990**

Segundo os arquitetos pioneiros, os edifícios implantados nesse período no estado surgiam conforme as exigências do governo diante das necessidades do território. As edificações pré-existentes voltadas para a área política se concentravam à volta da Praça do Centro Cívico, da capital Boa Vista, e abarcavam o Palácio do Governo e a Assembleia Legislativa. De acordo com os antigos membros da SOSR, alguns acréscimos de elementos neoclássicos, como um frontão triangular e colunas clássicas, foram implantados no primeiro edifício com o intuito de representar uma imagem histórica do poder. Contudo, esses componentes também foram associados à peças do modernismo, representadas pela substituição da antiga fachada com janelas por uma pele de vidro (Figura 3).

O modernismo não é uma evolução do tradicional, isto é, dos valores artísticos do passado, mas uma criação integral do nosso tempo. A orientação moderna é construtiva, social e econômica, ao passo que a orientação tradicional era artística, decorativa, simbólica. (SANTOS *apud* SEGAWA, 2010, p. 78)



Figura 3 – Palácio do Governo nas décadas de 1970 e 2000.

Fonte: Laboratório de História da Arquitetura e do Urbanismo da UFRR e Google Earth.

Conforme afirma Otília Pinto, tinha-se a intenção de gerar um contraste de representação de épocas na arquitetura política do estado. Enquanto os elementos neoclássicos remetiam à ideia de poder consolidado há longas datas, o modernismo simbolizava uma nova era na gestão governamental. Exemplos como esse fizeram com que a arquitetura roraimense da década de 1990 estivesse estritamente relacionada com a política local. Como ressalta ZEVI, a maioria dos livros de história da arquitetura



relatam a descrição dos monumentos juntamente com os fatos políticos das diferentes épocas, ou até mesmo estabelecem uma estreita dependência entre ambos (ZEVI, 2009).

As obras que foram construídas em seguida marcaram a modernidade tardia de Roraima nos edifícios públicos do estado. Um dos primeiros exemplos disso foram as intervenções realizadas no Parque Anauá após o projeto de Otacílio Teixeira, no qual foram adicionados o Furródromo, o Ginásio Poliesportivo Vicente Ítalo Feola, popularmente conhecido como Totozão, o Parque Aquático e a Praça Interativa. Em entrevista com a arquiteta Otilia Pinto, ela conta que para a concretização dessas obras foram necessárias diversas viagens para outros estados em busca de informações, referências e materiais, uma vez que os mesmos eram escassos em Roraima.

Foi por meio dessa procura por novos recursos que se introduziu no estado a demanda de utilização do concreto e aço, sendo o segundo amplamente explorado nas obras do Furródromo e Totozão. O primeiro consiste em um palco com cobertura em forma estrelar, sustentado por uma estrutura metálica de treliças espaciais, sob o intuito de representar o slogan político do período “Nossa terra, nossa estrela” (Figura 4). Ademais, outra estrutura de sistema construtivo semelhante ao Furródromo foi a elaborada por Maxbell Correa para a feira do Passarão, em Boa Vista (Figura 5).

A possibilidade de novas formas por meio da exploração das qualidades estruturais do aço introduziu uma linguagem *high tec* na arquitetura roraimense. Segundo Otilia, para a construção do Furródromo foram necessários diversos estudos realizados por uma equipe técnica de São Paulo, que analisaram as condições climáticas como o vento e as características do material escolhido, a fim de propor, junto aos arquitetos envolvidos no projeto, a melhor configuração estrutural para que o espaço obtivesse uma extensa área coberta sem o uso demasiado de apoios, para não interferir na funcionalidade do ambiente.

Já o Totozão, além de apresentar sistema de cobertura semelhante aos anteriores, aproveitou-se também da plasticidade do concreto, uma vez que esse ginásio foi um dos





primeiros edifícios a experimentar linhas mais curvas em sua estrutura (Figura 6). Esse novo delineado tornou-se uma característica representativa do arquiteto Antero de Sá, uma vez que o mesmo explora a maleabilidade dos materiais em outros projetos de sua autoria.

Em entrevista, Antero demonstra grande apreço não só pela qualidade arquitetônica como também estrutural dos projetos que desenvolve. No Totozão pode-se notar que os componentes estruturais se encontram em um primeiro plano, sem a preocupação de escondê-los por meio de algum revestimento. Pelo contrário, o ginásio apresenta sua “verdade estrutural” e faz dela seu principal elemento diferenciativo.

O esforço para obter *eficiência construtiva* exige que se trate com eficiência os elementos e materiais de construção – por exemplo, não usando mais que o necessário. Sempre que possível, o material é usado de modo a levar em conta as suas propriedades. O impulso de obter eficiência construtiva faz com que a forma seja, em boa medida, determinada pela maneira lógica como se combinam os elementos construtivos, e costuma ser acompanhado pelo impulso de obter “sinceridade construtiva”. (VOORDT; WEGEN, 2013, p. 23-25)

Figura 4 – Forródrodo do Parque Anauá  
Fonte: Autoras



Figura 5 – Feira do Passarão  
Fonte: Google Earth

Figura 6 – Ginásio Totozão  
Fonte: Autoras

Outro material que foi largamente empregado nas obras desse período foi o vidro, tendo como edifício precursor o Palácio da Cultura, que apresenta fachada quase que por inteiro em vidraçaria (Figura 7). Foi também o primeiro a utilizar mosaicos como elemento decorativo, com composições produzidas por artistas locais que visaram retratar desenhos indígenas e assim valorizar a cultura local por meio de novos elementos arquitetônicos. Ademais, um marco importante foi a inserção de rampas no ingresso principal do Palácio, elaboradas pelo profissional Omar Xaud sob a preocupação de disseminar o conceito de acessibilidade nas obras públicas realizadas na época. Considerado pela arquiteta Otilia um edifício de caráter contemporâneo e de



elementos geométricos bem definidos, essa construção representa um espaço que sedia os principais eventos culturais do estado.

Figura 7 – Palácio da Cultura Nenê Macaggi  
Fonte: Autoras

Essa produção arquitetônica consecutiva gerou consequências não só no setor construtivo do estado, mas também no contexto urbano e social da capital que crescia em ritmo acelerado. A explosão populacional provocada pelo intenso fluxo migratório para a região tornou necessária a realização de obras destinadas a expansão de Boa Vista, que já não pôde mais seguir seu traçado original. Contudo, de acordo com os antigos membros da SOSA, o então governador priorizava por um crescimento minimamente organizado, e para isso efetuou a compra de uma extensa área da Diocese de Roraima, a fim de implantar novos bairros nessa locação.



Dessa maneira surgiram em Roraima importantes conjuntos habitacionais, que deram origem a novos bairros denominados na época como “Pintolândia” e que, atualmente, correspondem ao Silvio Botelho, Santa Luzia, Senador Hélio Campos, entre outros. De acordo com Otilia Pinto, essa ampliação urbana foi marcada por quatro fases:

- 1º fase: compreendeu a formação do Pintolândia I, no qual o governo fornecia todo o material em aço, necessário para a construção de pequenas residências, que eram levantadas pelas próprias famílias sorteadas;
- 2º fase: continuação do Pintolândia com casas pré-fabricadas em peças de madeira trazidas de Balbina, no qual serviram como habitações embrionárias para posterior consolidação do bairro;
- 3º fase: mediante comprovação de posse de comércio, o governo cedeu espaços para negociantes locais com o intuito de estabelecer uma área comercial na cidade;
- 4º fase: se destacou pela concessão de terras para os produtores do estado, a fim de instalarem chácaras ou sítios e se responsabilizarem pela plantação de espécies vegetativas.

Percebe-se que a emergência em organizar a expansão da cidade não possibilitou que fosse continuado o planejamento urbano original de Boa Vista, elaborado por Dacy Aleixo Derenusson. Entretanto, houve uma preocupação em setorizar as áreas que foram doadas à população. É passível de consideração que esse momento em Roraima tenha demonstrado, por parte da equipe de arquitetos que atuavam no estado em 1990, influências de pensamentos urbano modernistas disseminados décadas antes nas *Congrès Internationale d'Architecture Moderne* (CIAM). Em Sarraz, na Suíça, quando aconteceu a primeira CIAM, foi apresentado um manifesto que propunha

Em relação ao urbanismo, a declaração afirmava que o planejamento das cidades não é determinado pela estética, mas pela função. As funções urbanas deveriam ser agrupadas em habitação, trabalho, transporte e recreação. [...] Em 1933, o CIAM proclamou a “Carta de



Atenas”, na qual os autores declaravam que, no interesse da higiene e da saúde, o urbanismo moderno deveria prover a separação das funções. (VOORDT; WEGEN, 2013, p. 33)

Mesmo diante da tentativa da equipe da SOSPE e do governador em promover essa setorização, a cidade se estendeu para o lado oeste de forma tão acelerada e aglomerada que não se pode controlar as invasões e deter o avanço sobre áreas de proteção ambiental (Figura 8). Por se tratar de um organismo vivo diretamente atrelado às ações da população, a expansão da capital se deu numa condição intermediária entre o planejamento urbano de 1990 com a chegada massiva de imigrantes, que transformavam o espaço de acordo com suas necessidades. Isso também provocou o agrupamento de áreas residenciais e comerciais, que deram origem a novos centros com maior concentração urbana e movimentados por atividades rentáveis, que descentralizaram o comércio antes aglutinado no traçado primário da cidade.

Figura 8 – Mancha correspondente à expansão urbana de Boa Vista nas décadas de 1980 e 1990  
Fonte: Google maps, adaptado pelas autoras



Essa ampliação da capital deu margem para a edificação de outros espaços que serviram de base para o atendimento público. Exemplo disso foram as escolas projetadas pela arquiteta Perpétua que, segundo Otilia, apresentavam linguagem arquitetônica inspirada nas construções indígenas. Adicionam-se, inclusive, as obras realizadas na área da saúde, como o Hemocentro (Figura 9), também projetado por Perpétua, bem como o Centro de Diagnóstico de Imagem – CDI, projetado por Omar Xaud, que foi igualmente responsável pela ampliação da Maternidade Nossa Senhora de Nazaré. Omar também reconhece a autoria da REDE DE FRIOS do estado, voltada para o armazenamento de medicações, assim como a reforma do Fórum de Mucajaí e a Agência Transfusional de Roraima.

Figura 9 – Hemocentro de Roraima  
Fonte: Google Earth

## **Considerações finais**



Ao analisarmos a história de Roraima percebemos que a produção do seu espaço se relaciona a projetos exógenos às questões locais, tanto no período colonial, como no imperial e republicano. Do mesmo modo, o Estado relaciona-se a consecução de importantes ícones arquitetônicos, desde a construção do Forte São Joaquim até a atualidade. O referido processo se torna mais nítido durante a implementação do Território Federal do Rio Branco, posteriormente Roraima, e do estado de Roraima. Esses marcos históricos, além da criação do quadro político-administrativo, relacionam-se a efetivação de mudanças no panorama arquitetônico roraimense, tanto através da adoção de novas técnicas e materiais, como na introdução de linguagens e referências estéticas do campo da arquitetura.

No mesmo sentido, foi através de ações estatais que arquitetos oriundos de realidades diferentes aportaram em solo roraimense, contribuindo para a diversificação das propostas arquitetônicas. Assim, a arquitetura de Roraima, sobretudo a produzida na década de 1990, foi marcada pela junção de estilos procedentes da bagagem profissional de cada arquiteto que colaborou na estruturação da nova unidade da federação brasileira. Contemporâneos do período moderno no Brasil, não há como renegar as influências desse movimento nas expressões arquitetônicas dos projetos que realizavam. Todavia, cada membro da antiga SOSP foi capaz de transpassar sua personalidade nas obras em que foram autores ou coautores.

Às suas expressividades somavam-se as necessidades de uma população e as exigências de um governo que se caracterizou por ser o principal mecenas da produção arquitetônica do período. As construções que surgiam, em ritmo acelerado, representavam também um grupo de indivíduos, um lugar e uma época específica. Contudo, “por mais compulsórias que sejam as exigências técnicas, ainda há uma margem de liberdade suficiente para mostrar a personalidade do criador da obra” (VOORDT; WEGEN, 2013, p. 27).

Além de transmitir significados da época, os arquitetos se preocupavam em contribuir para a criação de uma comunidade na qual todos pudessem se sentir acolhidos, tantos os



nativos quanto os imigrantes de diversas regiões. Cada um teve seu papel de destaque, seja por meio da gestão de obras ou por meio da criação de projetos que proporcionaram infraestrutura para a educação, saúde, lazer e política do estado.

Dessa maneira, a identidade formada para a arquitetura roraimense da década de 1990 é marcada por aspectos multiculturais, com ausência de uma estética uniforme, uma vez que os profissionais da antiga SOSF trouxeram consigo experiências adquiridas de diferentes locais. Por esse motivo, quando transpassavam seus estilos às obras que edificavam, notava-se o aproveitamento tanto de formas orgânicas quanto de sistemas geométricos, aliados à exploração das possibilidades construtivas proporcionadas pelos novos materiais, o que deu origem à uma arquitetura moderna de intrínseco envolvimento com a sociedade.

## Referências

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. **Roraima: Paisagens e Tempo na Amazônia Setentrional: estudo de ocupação pioneira na América do Sul.** Recife: Editora Universitária – UFPE. 1995.

BECKER, Bertha K. **Síntese do processo de ocupação da Amazônia:** lições do passado e desafios do presente. In: Brasil, Ministério do Meio Ambiente. *Causas e dinâmicas do desmatamento na Amazônia.* Brasília: MMA, 2001.

CAVALCANTI, José Maria dos Santos Araújo. **Recuperação e desenvolvimento do Vale do Rio Branco.** 2. ed. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, Rodrigues & Cia, 1949.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** 3 ed. São Paulo: Ática, 1995 (Série Princípios).

DERENUSSON, Darci Aleixo. Edição especial (entrevista concedida à jornalista Katia Brasil). **Jornal a Gazeta de Roraima.** Boa Vista, 09 de Julho de 1991.

EGGERATH, Pedro. **O vale e os índios do Rio Branco.** Rio de Janeiro: Tipografia Universal, 1924.

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões:** os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.





FREITAS, Aimberê. **Geografia e História de Roraima**. Manaus: Editora Grafima, 1996.

\_\_\_\_\_. **A História Política e Administrativa de Roraima de 1943 a 1985**. Manaus: Editora Umberto Calderaro Ltda, 1993.

\_\_\_\_\_. **Políticas públicas e administrativas de territórios federais brasileiros**. Boa Vista: Corprint, 1991.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudos Geográficos do território do Rio Branco**. IBGE, Publicação N° 13, 1957.

GOMES FILHO, Gregório Ferreira. **Forte São Joaquim: De marco da ocupação portuguesa do Vale do rio Branco às batalhas da memória – Século XVIII ao XX**. Boa Vista: 2008. Monografia (Especialização) em História/Universidade Federal de Roraima.

MACEDO, Inês Rogélia Dantas. **A implantação e a expansão das escolas públicas em Boa Vista na década de quarenta**. 2004. Dissertação (Mestrado). Boa Vista: UFRJ/UFRR, 2004.

MARTINS, Elisângela. **Memória do regime militar em Roraima**. Manaus: UFAM, 2010. (Dissertação de Mestrado).

\_\_\_\_\_. **Memórias de disputas e disputas pela memória na praça central de Boa Vista, RR**. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho de 2011, p. 01-15.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. **A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima**. São Paulo: 2003, USP. (Tese de doutorado).

OURIQUE, Jacques. **O Valle do Rio Branco: Estado do Amazonas – Edição Especial**. 1906.

PINTO, Otília Natália. **Arquitetos pioneiros de Roraima**. Entrevista concedida a Angélica Triani, Ohana Pereira e Paulina Onofre Ramalho. Boa Vista, 08 de junho de 2018. Digital de duração de 01h e 07 min.

RAMALHO, Paulina Onofre. **Lugar de memória: o plano urbanístico de Boa Vista**. 2012. 99 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

REVISTA SELVA. **Um espelho da vida brasileira**. N° 13. Ano 1950.

RICE, Hamilton. **Exploração na Guiana Brasileira (1924-1925)**. Tradução de Lacyr Schettino. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

SÁ NETO, Antero. **Arquitetos pioneiros de Roraima**. Entrevista concedida a Angélica Triani, Ohana Pereira e Paulina Onofre Ramalho. Boa Vista, 15 de junho de 2018. Digital de duração de 01h e 17 min.



SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. **Política e poder na Amazônia: o caso de Roraima**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2013.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

SILVA, Amanda Araújo. **O segundo governo Hélio Campos (1970-1974): a política de segurança nacional e desenvolvimento no Território Federal de Roraima**. 2015. 56 f. Monografia (graduação) – Curso de História, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2015.

SOUZA, Carla Monteiro de; SILVA, Raimunda Gomes (orgs). **Migrantes e migrações em Boa Vista: os bairros Senador Hélio Campos, Raiar do Sol e Cauamé**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2006.

SOUZA, Sônia Suely Soares; VIEIRA, Jaci Guilherme. **Roraima: Território Federal sob o Governo Militar (1964-1985)**. *Textos & Debates*, Boa Vista/RR, v.17, n. 17, p. 65-89, jul./dez. 2009.

VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. **A produção do espaço urbano de Boa Vista-Roraima**. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, 2009. (Tese Doutorado).

VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980**. 2 ed. revista e ampliada. Boa Vista: Editora da UFRR, 2014.

VOORDT, Theo J. M. van der; WEGEN, Herman B. R. van. **Arquitetura sob olhar do usuário**. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

WAUGH, Evelyn Arthur St. John. **Ninety-two days: the account of a tropical journey through British Guiana and part of Brazil**. In: CENTRO DE INFORMAÇÃO DA DIOCESE DE RORAIMA (CIDR). *Boletim nº. 12*. Boa Vista, 2 de julho de 1986, p. 1-47.

XAUD, Omar. **Arquitetos pioneiros de Roraima**. Entrevista concedida a Angélica Triani e Ohana Pereira. Boa Vista, 26 de dezembro de 2017. Digital de duração de 02h e 23min.

ZEVI, Bruno. **Saber ver a arquitetura**. Tradução Maria Isabel Gaspar, Gaëtan Martins de Oliveira. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.